

ARTIGO

O CANSAÇO COMO NOVA CATEGORIA DE ANÁLISE PARA OS ESTUDOS CRÍTICOS DA DEFICIÊNCIA

POR MARCOS CEZAR DE FREITAS ¹

RESUMO

O artigo retoma as contribuições que os estudos culturais, os estudos feministas e a argumentação foucaultiana ofereceram à educação inclusiva, especialmente aos estudos críticos da deficiência. Acrescenta, também as contribuições de Byung-Chul Han que, com as categorias cansaço, positividade e performance, ampliou, com novas possibilidades críticas, o universo analítico desse campo.

PALAVRAS-CHAVE

Byung-Chul Han; repertórios; desempenho.

ABSTRACT

The article takes up the contributions that cultural studies, feminist studies and Foucauldian arguments have offered to inclusive education, especially to critical studies of disability. It adds also, the contributions of Byung-Chul Han that with the categories fatigue, positivity and performance has widened with new critical possibilities, the analytical universe of this field.

KEYWORDS

Byung-Chul Han; repertoires; performance.

¹ É Professor Associado Livre-Docente do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Mestre e Doutor em Educação pela PUC/SP. Livre Docente em Educação pela UNIFESP. Pós Doutor em Ciências da Educação pela USP. Orientador de mestrado e doutorado e supervisor de pós-doutorados. Iniciou a carreira acadêmica como professor da educação básica na escola pública em 1982 e em 1988 tornou-se professor universitário atuando, desde então, na formação de professores no Curso de Pedagogia oferecendo cursos sobre a construção social da infância. No que diz respeito à pesquisa, dedica-se aos temas vulnerabilidades infantis e educação inclusiva. Em perspectiva antropológica aborda a educação de crianças com deficiências ou cronicamente enfermas. Coordena o Projeto de Pesquisa EDUCINEP - Educação Inclusiva na Escola Pública, que abriga a Plataforma de Saberes Inclusivos com colaboradores da Argentina, Uruguay, Equador, EUA e Holanda. Em relação à extensão, organizou e coordenou a Escola Livre para Formação Inclusiva, que em parceria com escolas públicas e equipamentos de saúde oferece formação a respeito da educação de crianças cronicamente enfermas.

Introdução

Este artigo tem a intenção de compartilhar com o público acadêmico mais amplo a importante contribuição que os estudos críticos da deficiência receberam, com a disseminação recente da obra do filósofo coreano e radicado na Alemanha, Byung-Chul Han.

Estudos críticos da deficiência é a designação que escolho para me referir às pesquisas que aproximam as contribuições, das chamadas humanidades, ao universo da deficiência, rompendo com o predomínio da argumentação biomédica - hegemônica e, frequentemente, considerada a única possível a respeito. Internacionalmente, esse campo é predominantemente reconhecido como *Disability Studies* (Cf. BARTON, 2017; DAVIS, 2014), e também descrito como modelo social da deficiência (Cf. DINIZ, 2010).

Uma perspectiva consideravelmente nova pode ser recolhida na análise de Chul Han, e a educação inclusiva no Brasil - já beneficiada com as contribuições dos "estudos culturais" e com as possibilidades analíticas recebidas do feminismo -, adquire mais uma ferramenta para criticar a produção de eficiências, nascedouro de muitas deficiências.

A denominação "educação inclusiva" será utilizada aqui sem pormenorizações, com o objetivo único de explicitar um campo que se constituiu reconhecendo que pessoas com deficiências são sensivelmente prejudicadas quando padecem os efeitos dos reducionismos biológicos, ou seja, quando são reduzidas às dimensões orgânicas de suas existências. A educação inclusiva, no entanto, não se restringe às questões da deficiência porque reconhece, no mesmo universo de direitos a serem consolidados, as questões étnico-raciais, de gênero e de classe, que permanentemente confirmam que as assimetrias sociais devem ser analisadas também com a força epistemológica das categorias desigualdade, diferença e diversidade.

A obra de Chul Han não será aqui resenhada. O acréscimo qualitativo que sua abordagem ofereceu ao repertório crítico da educação inclusiva é que será objeto de reflexão.

Repertórios conceituais

No âmbito dos estudos culturais, a afirmação de Stuart Hall de que identidade é “[...] um lugar que se assume, uma costura de posição e contexto, e não uma essência ou substância a ser examinada” (HALL, 2003, p. 27), legou aos estudos críticos da deficiência uma referência fundamental para que as questões que gravitam na órbita “da diferença” também fizessem parte do repertório analítico, que se esforça para quebrar a naturalização triunfante do pressuposto de que as deficiências são, “inquestionavelmente”, da ordem do orgânico.

Este é um exemplo significativo que rememora um momento, entre tantos possíveis, nos quais a produção e a circulação de categorias críticas mostravam-se plausíveis e necessárias para também abordar a presença de pessoas com deficiência, com uma perspectiva que se valia, e se vale, de uma recusa idêntica. Ou seja, uma perspectiva que também procura distanciar a situação de deficiência da noção de essência ou substância a ser examinada.

Na obra de Stuart Hall, encontramos algumas palavras-chave para uma antropologia que se mostra interessada nas situações em que “efeitos deficientizadores” se revelam. São cenas do cotidiano que permitem identificar aspectos da dimensão relacional das deficiências, ou seja, aspectos que constroem cada um “em relação ao outro”.

A fortuna crítica dessa perspectiva mostra-se atual toda vez que trabalhamos, com professores da educação básica, as situações nas quais despontam “personagens problemáticas” do dia a dia escolar, especialmente os chamados “alunos lentos”.

São densos e surpreendentes os momentos nos quais se pondera que não há pessoa lenta *per se*, mas sim em “relação à”, “na presença de”, “em situação específica”, ou seja, não essencialmente, mas de modo relacional.

Toda vez que a educação inclusiva se deixa permear por referências que permitem retirar dos domínios da natureza, do orgânico, aquilo que se configura nos domínios históricos e culturais, avanços pedagógicos expressivos acontecem.

O mesmo se deu quando a obra de Erving Goffman foi acolhida e reco-

nhecida como necessária para analisar situações e cenas, nas quais determinadas personagens se constituíam na experiência da deficiência.

Foi com as referências da “antropologia microscópica” de Goffman, que se tornou possível reconhecer que, em dadas circunstâncias, tornava-se necessário aproximar as lentes para uma observação em escala reduzida (GOFFMAN 2004; 2011). Tratava-se de admitir a imprevisibilidade das interações face a face, e obter da experiência em si conteúdos não previstos, nem previsíveis na descrição do complexo orgânico/anatômico. Nas palavras de Goffman (2013), reconhecer um “jogo a ser jogado”.

Educação inclusiva foi, e é, a perspectiva pedagógica que aproximou e aproxima o tema deficiência das questões de classe, gênero, raça, etnia, geração.

Essas categorias tornaram-se imprescindíveis para a educação inclusiva, reafirmando a necessidade inescapável de distanciar a abordagem sobre as deficiências dos procedimentos que respondiam à hegemonia biomédica, estabelecendo uma linha reta entre os efeitos redutivos da deficiência e as possibilidades da pessoa com deficiência (Cf. Goffman, 2009, 2013).

Por isso, foi a abertura às categorias plasmadas no espectro das pautas feministas que ampliou a potência crítica da educação inclusiva, porque tratava-se de abordar a presença do “corpo diferente” na escola, com base na “interseccionalidade” que alinhava todas as dimensões da vida social.

Isso se refere às contribuições recolhidas nas densas abordagens, que entenderam que “a diferença do diferente” estava, necessariamente, radicada na tensão entre identidades, poderes e estratificações sociais (Cf. BRAH, 2006; BUTLER, 2003; CRENSHAW, 1989; HALL, 2003; HARAWAY, 2016; HIRATA, 2014; GUEDES; NEURBERG, 2012).

A interseccionalidade entre as questões de gênero e deficiência permitiu reconhecer a importância capital das categorias de Michel Foucault, em cuja noção de poder tornava-se possível compreender aquilo que Scott (1995, p. 86) resumiu como “constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos de força sociais”.

O corpo permeado por relações de poder, ou seja, o corpo edificado discurs-

sivamente com dispositivos de demarcação de gênero, raça, classe, é também o corpo que pode saber da situação de deficiência. E se Foucault adensou inúmeros estudos de gênero (Cf. ALTMANN, 2015; BORBO, 1997; FERNÁNDES, 2000; KUBISSA, 2015; McNAY, 1992; RAGO, 2014), esses ofereceram inúmeras plataformas analíticas para que o corpo com deficiência fosse também abordado como expressão discursiva, também construído a partir de reducionismos biológicos.

Em suma, foi com a incorporação de perspectivas, estruturadas em amplas e diversificadas bases epistemológicas e disciplinares, que a educação inclusiva conseguiu consolidar “sua” percepção de que a presença da pessoa com deficiência é a mesma presença do corpo que não se reduz à noção de essência ou substância a ser examinada.

A educação inclusiva se faz “com” o repertório crítico das humanidades, que reafirmam incessantemente que o histórico social não está predefinido nos domínios do orgânico, do natural, do essencial.

Tornou-se possível identificar, nos elementos discursivos das deficiências, inúmeros dispositivos configuradores daquilo que, na obra de Foucault, desponta como uma sociedade disciplinar, urdida em instituições, normas e vigilâncias (Cf. FOUCAULT 1987, 1999, 2000, 2001, 2005).

Foi o desvelamento das camadas do cotidiano, percebidas como instâncias discursivamente produzidas, que permitiu trazer à tona como a identificação entre deficiência e “anormalidades” deve ser buscada na história, e suas dinâmicas de poder, na consolidação de um biopoder.

A educação inclusiva tem se enriquecido com a presença, transversal e interdisciplinar, desses autores e suas obras de referência, que proporcionaram bases argumentativas sólidas para que a presença de pessoas com deficiência no universo escolar pudesse ser abordada com o mesmo repertório crítico mobilizado para “desfiar” o tecido social que alinhava, com bases materiais e simbólicas, aquilo que, ao final, termina sendo projetado como deficiência.

E é justamente nas bases do que é projetado, material e simbolicamente, que algo de expressivamente novo se apresentou no modo como Byung-Chul Han formulou hipóteses, não exatamente sobre a deficiência, mas sim, sobre sua

contraface, a eficiência.

E é a novidade aguda desse “experimento analítico” que será analisada a seguir.

Uma nova perspectiva ou um ensaio de radicalidade nietzschiana

Byung-Chul Han (2017a, 2017b, 2017c, 2017d) teve sua obra recentemente traduzida no Brasil e, no conjunto, seus livros oferecem uma reflexão sobre a vida contemporânea, cuja ousadia crítica faz lembrar um modo de analisar que Antônio Cândido (1990) definiu com a palavra “radicalismo”.

Nosso crítico maior referia-se àqueles cujas obras apresentavam uma noção singular de “raiz do problema”. Radical era o qualificativo dado aos autores que empreendiam uma viagem solitária à raiz, apostando que essa visitaçã o abriria uma perspectiva sobre a realidade, apreensível somente de dentro para fora, de perto para longe.

Chul Han fez uma surpreendente análise sobre o “esforço humano” no atual cotidiano das sociedades salariais e, com base numa leitura muito própria e erudita da obra de F. Nietzsche, elaborou conclusões, por assim dizer, surpreendentes, especialmente porque há tempos surpresas analíticas não se arriscavam a mostrar-se.

Como afirmei no início, esta não é uma resenha, mas sim, uma indicação de que temos um novo repertório analítico que merece ser considerado no âmbito dos estudos críticos da deficiência.

Para o objetivo deste escrito, vou me ater aos pressupostos apresentados num de seus escritos mais provocantes, *A sociedade do cansaço* (2017a).

Estão presentes nesse “pequeno grande texto” questões que não devem passar despercebidas àqueles que se dedicam a consolidar uma educação inclusiva em nosso país.

Chul Han entretetece seus argumentos com recursos descritivos, metafóricos e não metafóricos, que retiram a estabilidade de alguns conceitos com os quais trabalhamos há tempos, alguns há décadas.

Seu argumento se organiza a partir do que ele denomina de “paisagem patológica” de nosso tempo.

Elaborando uma espécie de inventário das enfermidades fundamentais de cada tempo, chega à conclusão que este século XXI contém uma ênfase neuronal que expressa uma diferença radical em relação aos momentos anteriores, nos quais a paisagem era bacteriológica ou viral.

A imagem da paisagem neuronal já havia despontado na obra de Wolff (2010) em importante ensaio sobre a construção histórica da “humanidade dos homens” e das representações de “sua” inteligência.

Mas, na argumentação de Chul Han, a imagem da paisagem patológica quer indicar que somente “neste” mundo, que fizemos emergir de dentro e por dentro das sociedades salariais, é possível encontrar a abundância depressiva, o triunfalismo neural (com absolutamente todo comportamento remetido ao desvendamento do cérebro) e patologias, como o transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDHA).

O que é instigante em sua análise é que o autor não maneja rupturas tentando convencer o leitor que este tempo encerrou outro tempo e ocupou seu espaço.

Seu argumento é o de que a mesma realidade, que precisa e depende das plataformas conceituais, que demonstra que somos uma sociedade disciplinar, vigilante e cadastral, precisa também de esforços analíticos, para desvendar o que se tornou o cansaço decorrente do excesso de positividade que produzimos.

Excesso de positividade é o que explica o convencimento de que toda dificuldade é superável pelo esforço, que torna mérito a categoria relacionada a reconhecer “quem superou”, portanto, quem merece.

Na seção anterior deste artigo, quis rememorar brevemente o quanto a educação inclusiva adensou seus pressupostos, acolhendo autores e obras que demonstraram que nossos corpos e nossos desempenhos individuais ganharam configurações decorrentes das tramas disciplinares, da sobreposição de camadas de controle e das especificações do poder - que se materializam em questões de classe social, gênero e raça -, diretamente ligadas à construção social das deficiências.

Neste cenário, a obra de Chul-Han acrescentou uma noção de positividade que deve ser levada em consideração.

No seu entender, está em andamento a estruturação de uma “sociedade do desempenho”, que capturou toda a potência destrutiva da meritocracia, que leva às últimas consequências a hipótese de que a realização humana depende (naturalmente) do máximo esforço para superar dificuldades, para realizar o irrealizável.

A imagem do animal *laborans* apresentada por Hanna Arendt é retomada para indicar uma sociedade laboral que se individualiza com tal radicalismo, que se transforma (rispidamente) numa sociedade do desempenho, aquela em que esse animal *laborans* está disposto a trabalhar sempre, até dilacerar-se e expor, ao final, o triunfante resultado que obteve porque “superou-se”.

Chul-Han cogita a presença de “uma personagem a mais” em nossa trama. Trata-se daquele que já não depende dos efeitos disciplinares de nossas instituições, porque se tornou um híbrido entre o prisioneiro e o vigia. Não tolerará que outro tenha aquilo que tem, se o outro não tiver empreendido o que ele empreendeu.

Temos o homem que desconfia, e até odeia em certos momentos, a liberdade e o direito, porque considera indigna a reivindicação daquilo que não resultou da extenuação. Temos a formiga que organizou a militância, não mais para zombar da cigarra, imprudente e imprevidente, mas para eliminá-la.

O homem sem descanso

Nesta realidade, desponta um mundo “pobre de interrupções, pobre de entremeios e tempos intermediários” (CHUL HAN, 2017a, p. 53), corroborando, sem cessar, a razão de ser do lamento de Walter Benjamin, que antevia uma nova barbárie num mundo que não tece mais, que não fia.

O sujeito do desempenho é aquele que se “destrói na vitória” (CHUL HAN, 2017a, p. 102), porque se convenceu de que pode funcionar melhor, que pode descobrir o ponto de melhoramento de si mesmo.

Esse melhoramento, para o autor, seria antropologicamente diferente da

moldagem que os deveres, disciplinamentos, ordens e proibições nos impõem. Seria obra da descoberta “das habilidades que se tem” e, conseqüentemente, da transformação dessas habilidades em competências, para que se apresente (literalmente sem parar) como um homem disponível, vendedor de si.

Não é casual que, ao valer-se da imagem da paisagem patológica de cada tempo, passe a ser possível mencionar a hiperatividade:

A hiperatividade é, paradoxalmente, uma forma extremamente passiva de fazer, que não admite mais nenhuma ação livre. Radica-se numa absolutização unilateral da potência positiva (CHULHAN, 2017, p.58).

Por isso, estaríamos mergulhando numa sociedade do cansaço, provida de uma *neuro-enhancement*, ou seja, convencidos de que melhoramentos cognitivos decorreriam da exacerbação constante do desempenho neoliberal, que se finge de liberdade enquanto exige “superar a si mesmo” como única regra para obter.

Neste cenário, é compreensível a abundância de exemplos que recorrem aos jogos olímpicos, ou paraolímpicos, para explicar o que “de melhor” pode acontecer a uma pessoa com deficiência: ela pode superar-se!

Mas como a superação é, ao termo e ao cabo, prêmio para quem mais laborou “contra si” e “contra a situação”, a realização decorrerá necessariamente da introjeção de um valor.

Se Max Weber desvelou uma ética protestante no espírito do capitalismo, Chul Han expõe uma ética da consumação na sociedade do cansaço. Este homem não trabalhará até finalmente consumir, mas até finalmente consumir-se.

A contraface da eficiência

O manejo das palavras “eficiência” e “resultados”, no universo escolar, é o mais ativo produtor de ineficiências e deficiências por dinâmicas de não obtenção de resultados.

É nesse contexto, no qual o convívio com cada um é também o convívio com potenciais sindrômicos, hiperativos - repetindo Chul Han, uma verdadeira paisagem patológica -, em que as deficiências e fragilidades vão se tornando um modo de expressar “o que falta”: o corpo de alto desempenho e focado.

Os que não sabem produzir resultados são equiparados às pessoas com deficiência, e é por isso que, não casualmente, as escolas incorporaram os laudos e as perícias médicas ao vocabulário com o qual indicam que alguns não têm “atenção suficiente” para manter o foco.

Estamos num contexto de grande acúmulo de estratégias analíticas com as quais denunciemos as assimetrias de nossa sociedade, descrevendo os seus fundamentos disciplinares, desvelando a estrutura dos dispositivos de controle e manejo das negações e dissonâncias. Mas, é nesse mesmo contexto que a apropriação da palavra meritocracia tem produzido danos educacionais e políticos de grandes proporções.

Para enfrentar, analiticamente, o que está em andamento, talvez não seja necessário - ou sequer possível -, desmobilizar o aparato crítico que nos trouxe até aqui e que, no caso específico dos estudos críticos da deficiência, nos ensinou a pensar a construção social do corpo, de modo singular do “corpo incompleto”.

Mas, talvez esteja em andamento uma passagem para um momento ainda mais perverso das sociedades concorrenciais, fundadas nas edificações do mercado. Nesse sentido, o paradigma da disciplina não se esvai completamente, mas ganha espaço a percepção de que falta mesmo “a motivação”.

Essa palavra passa por forte ressignificação quando é manejada para expressar a positividade de um poder que, por suposto, estaria nas mãos de cada agente. A “positividade do poder é mais eficiente que a negatividade do dever” (CHULHAN, 2017, p. 25).

Por isso, o autor projeta um sujeito mais rápido e produtivo que o sujeito da obediência. Esse é o sujeito do desempenho. “Como desempenhar” passa a ser uma pedagogia da produtividade que diz respeito a fazer do foco um fim, não mais um meio estratégico.

O sujeito do desempenho continua disciplinado, mas, retoricamente, está em

guerra consigo mesmo, padecendo de um “excesso de positividade que cobra dele uma nova economia da atenção” (CHUL HAN, 2017, p. 31).

A sociedade concorrencial não precisa do descanso e deixa sob a guarda dos deficientes a “maior e mais limitante” das deficiências, a lentidão. O homem merecedor, o que capitaliza o mérito, é um homem sem repouso, que assume como oportunidade o que aos olhos de outros são precarizações do direito (vide aquilo que alguns sociólogos denominam “uberização” das relações de trabalho).

A alta performance, o alto rendimento, se fazem onipresentes e mesmo quando não se realizam, são referências de tudo o que se pode obter somando esforço com eficiência.

Essa perspectiva é bastante importante para as reflexões críticas sobre a deficiência, e essa importância pode ser realçada se recuperarmos, por exemplo, os clássicos estudos de Stephen Jay Gould (2000) que demonstraram que as deficiências intelectuais resultavam muito mais dos modos de avaliar a inteligência do que das características propriamente físicas das pessoas. Ou seja, o autor demonstrou com riqueza de detalhes que as avaliações da inteligência não mediam deficiências, mas sim as instaurava.

Essa evocação do clássico de Stephen Jay Gould é importante aqui justamente porque a perspectiva de Chul Han demonstra uma dinâmica de instauração de ineficiências nos modos de exaltar a “máxima eficiência”.

Breves considerações finais

A educação inclusiva deve desconfiar sempre das representações da alta performance.

Byung-Chul Han considera que a obsessão por resultados se vale de uma falsa reapropriação da palavra performance, ilusoriamente associada a uma bandeira política, que é a bandeira da “liberdade das habilidades”.

O que é agudo, na argumentação do autor, é que a liberdade das habilidades pode conter mais coações que as estruturas disciplinares, predomi-

nantes até o início do século XXI. Como assevera o autor, o dever tem limites, a habilidade, limite algum (CHUL HAN, 2017, p. 117).

Alunos com deficiências costumam ser abordados como se fossem personagens dispensadas de resultados. Mas, na sociedade do cansaço, com apropriação de inúmeras imagens do esforço olímpico, até a deficiência pode ser convertida em alta performance, de modo a produzir a permanente condenação daquele que permanece nos limites da restrição, “porque não se superou”.

Temos, então, deficiências radicadas na produção das novas eficiências. Aqui, uma categoria fundamental para os estudos críticos da deficiência, a interdependência - ou seja, a arte de “fazer com”, de “fazer com a mediação de” -, perde, de vez, a razão de ser. Desumaniza-se o processo, por completo.

Referências Bibliográficas

ALTMAN, H. *Educação física escolar: relações de gênero em jogo*. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

BARTON, L (comp.). *Superar las barreras de la discapacidad*. Madrid: Morata, 2017.

BORDO, S. R. O corpo e reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. In: JACCAR, A.; BORDO, S. R. (Org.). *Gênero, corpo e conhecimento*. Rio de Janeiro: Editoras Record e Rosa dos Tempos, 1997.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 26, 2006, p. 329-376.

BUTLER, J. *Bodies that matter*. New York: Routledge, 2003.

CANDIDO, A. Radicalismos. *Estudos avançados*. São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 4, n.8, 1990, p. 4-18.

CHUL HAN, B. *A sociedade do cansaço*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017a.

_____. *A agonia de eros*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017b.

_____. *Topologia da violência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017c.

_____. *A sociedade da transparência*. Petrópolis: Editora Vozes, 2017d.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race, sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*. V. 1989 (1989), p. 139-167.

DAVIS, L. (Ed.) *The disability studies reader*. New York: Taylor & Francis, 2012.

DINIZ, D. *O que é deficiência*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos).

FERNÁNDEZ, J. Foucault: ¿Marido o Amante? Algunas tensiones entre Foucault y el feminismo. *Revista de estudios feministas*. Florianópolis, v.8, n.2, jan. 2000, p.127-147.

FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Graal, 2005.

_____. *O nascimento da clínica*. Trad. Roberto Machado. São Paulo: Forense Universitária, 2001.

_____. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, E. *Comportamento em lugares públicos*. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

_____. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

_____. *Os quadros da experiência social*. Petrópolis, Vozes, 2014.

_____. *Reader*. Malden: Blackwell Publishing, 2004.

_____. *Rituais de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2012.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALL, S. *Da diáspora*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARAWAY, D. *Antropologia do ciborgue*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

HIRATA, H. Gênero, classe, raça. *Tempo social*. São Paulo, USP, v.26, 2014, p. 61-73.

KUBISSA, L. Él género, Foucault y algunas tensiones feministas. *Estudios de filosofía*. Buenos Ayres, v.1, n. 52, dec. 2015, p. 29-43.

McNAY, L. *Foucault and feminism: power, gender and self*. Cambridge: Polity Press, 1992.

MELLO, A. G.; NEURNBERG, A. H. Gênero e deficiência. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, n. 384, 2012, p. 635-655.

RAGO, L. M. O feminismo acolhe Foucault. *Labrys, Revista Eletrônica de Estudos Feministas*. Campinas, v.1, 2014, p. 14-20.

SCOTT, J.W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 20, n.2, jul/dez, 1995, p. 71-99.

WOLFF, F. *Nossa humanidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2010.